

Senadores aprovam projeto que amplia acesso às contas públicas

A proposta, apresentada pelo senador José Eduardo Dutra, permitirá ao cidadão conhecer em detalhes valores e outros aspectos relacionados com a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos governos municipais, estaduais e federal

CAE

**Vai a votação
operação externa
de US\$ 505 milhões**

PÁGINA 6

CE

**Tráfico de drogas
poderá ser tratado
com maior rigor**

PÁGINA 6



O substitutivo ao projeto de Dutra foi aprovado com 50 votos a favor e apenas um contra

Sindicatos, órgãos de imprensa e partidos políticos estão entre as instituições que terão acesso aos dados relativos à gestão da União, dos estados e municípios assegurado por projeto de lei aprovado ontem no Senado. A iniciativa pretende dar maior transparência à administração pública.

PÁGINA 2

**CLT vai reger
as agências
reguladoras**

PÁGINA 3

PARECER SOBRE LDO PREVÊ AUMENTO PARA SERVIDORES

O Orçamento federal de 2001 deverá prever o valor do salário mínimo a vigorar no ano que vem e também a possibilidade de reajuste dos salários do funcionalismo público. É o que sugere o deputado federal Sérgio Guerra, em seu parecer sobre

o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O relatório será apresentado hoje à Comissão Mista de Orçamento. A LDO é o instrumento legal utilizado para balizar a elaboração do Orçamento da União.

PÁGINA 7

O QUE DIZ O PARECER

Segundo o texto do relator Sérgio Guerra

- Superávit primário de R\$ 33,8 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social e de R\$ 1,3 bilhão no orçamento das empresas estatais
- Possibilidade, durante a execução do Orçamento de 2001, de compensação entre as metas, desde que preservado o objetivo do resultado consolidado
- O Poder Executivo ficará ainda obrigado a encaminhar ao Congresso, a cada quatro meses, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit



Anísio Teixeira será homenageado no momento em que se completa o seu centenário de nascimento

Plenário define delitos contra a Previdência

Os senadores votam hoje projeto, de iniciativa do Executivo, que tipifica os crimes contra a Previdência Social. O Plenário também vai homenagear Anísio Teixeira, pioneiro na implantação da educação em tempo integral no país.

PÁGINA 5

CCJ

**Em debate multa
para empresa que
exigir boa aparência**

Os membros da CCJ apreciarão projeto que pune o uso da expressão “boa aparência” em anúncios de emprego.

PÁGINA 7

CAS

**Comissão discute prazo
para liberalizar o
setor de combustíveis**

PÁGINA 7

Senado amplia acesso a dados das finanças públicas

Proposta de José Eduardo Dutra, aprovada por 50 votos a um, permite maior controle da sociedade por meio do Siafi e de outros sistemas de informações mantidos pela administração direta, indireta e fundacional

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 50 votos a um, substitutivo ao projeto de lei de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) assegurando a todo cidadão o direito a informações detalhadas que lhe permitam analisar a natureza, o procedimento administrativo e os fins dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essa vigilância será exercida por meio do acesso aos dados do Sistema de Administração Financeira da União (Siafi) e de outros sistemas de informações mantidos pela administração direta, indireta e fundacional.

— É uma realidade incontestável o fato de que o controle das finanças públicas a cargo do sistema de controle interno, dos tribunais de contas e de um reduzido círculo parlamentar não tem sido suficiente para vedar os inúmeros “ralos” por onde escoam os escassos recursos públicos — diz Dutra para justificar a proposta.

Apresentado em março do ano passado, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO), e depois seguiu para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou o substitutivo com emendas, de acordo com o parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Embora mais amplo do que o atual — restrito ao Congresso Nacional —, o acesso aos sistemas de informação previsto no pro-



Dutra: controle atual é insuficiente para vedar “ralos”

jetivo aprovado preserva os dados protegidos por sigilo legal. Além disso, far-se-á apenas na forma de consultas, permitidas aos governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; às assembleias legislativas estaduais; à Câmara

Legislativa do DF; às câmaras municipais; aos tribunais de contas estaduais ou municipais e conselhos de contas de municípios; tribunais do Poder Judiciário; reitorias de universidades; órgãos de imprensa; entidades representativas de trabalhadores; conselhos federais e regionais de fiscalização de atividades profissionais; diretórios federais e estaduais de partidos políticos; e organizações não-governamentais cujo objetivo social inclua o controle das despesas públicas.

Substitutivo e emendas foram aprovados sem discussão e receberam elogios em Plenário. Matéria agora vai à Câmara

Uma das emendas apresentadas pela CAE diz respeito à consulta de dados relativos à administração dos recursos humanos, estabelecendo que os usuários não terão como tomar conhecimento do nome e outros dados pessoais dos servidores.

O substitutivo e as emendas foram aprovados sem discussão. No momento do voto, o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), elogiou o conteúdo da matéria, mas aventou a possibilidade de que a Câmara dos Deputados faça mudanças na forma. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também fez elogios ao projeto, lembrando que propiciará mais transparência à administração pública.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento do professor Anísio Teixeira.

Pauta: PLC nº 23/2000, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal (mediante a tipificação de condutas que constituem crimes contra a Previdência Social); PR nº 25/2000, que acrescenta incisos V, VI, VII, VIII e IX ao artigo 3º da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PR nº 64/2000, que autoriza o Brasil a contratar operações de crédito externo no valor de US\$ 212,6 milhões, junto ao Banque Nationale de Paris (BNP); PR nº 65/2000, que autoriza a União a contratar operações de crédito externo, nos valores de US\$ 167,9 milhões e US\$ 44,6 milhões, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinadas, a primeira, ao financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã, que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec, e, a segunda, a 15% da respectiva aquisição, bem como dos serviços a serem prestados por empresas brasileiras (tranche brasileira); terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 86/99, que altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Alto das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PDL nº 48/96, que renova a permissão outorgada à FM Studio 96, de Curitiba (PR); PDL nº 201/99, que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade FM, de Campinas (SP); PDL nº 243/99, que renova a concessão da Emissora Centro-Oeste OM, de Cruz Alta (RS); PDL nº 74/2000, que outorga concessão à Gonçalves e Marchetti para explorar rádio OM em Primavera do Leste (MT); e Requerimento nº 316/2000, do senador José Fogaça, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 55 e 581, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: ouvir a defesa do senador Luiz Otávio sobre denúncia em que é acusado de ter se apropriado indevidamente de recursos do BNDES. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, PLS nº 564/99, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; Mensagem nº 96/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, de principal, na modalidade de ajuste setorial — Reforma Fiscal e Administrativa; PLC nº 60/99, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; PLC nº 27/2000, que prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e altera dispositivos da Lei nº 9.718/98, que altera a legislação tributária federal; e PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, PLC nº 27/2000, prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, altera dispositivos da Lei nº 9.718/98, que altera a legislação tributária federal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros itens, PLC nº 105/96, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, apensado ao PLS nº 154/97, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 1.988-21, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento dos presidentes do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Demóstenes Madureira de Pinho Filho, e da Federação dos Caminhoneiros Autônomos, José da Fonseca Lopes; do vice-presidente técnico da Sulamérica-Aetna Seguros, Ivan Gonçalves Passos; e do diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 121/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer também junto à República do Malauí; e PLC nº 58/99, que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros itens, PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PEC nº 23/99, que acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros; Requerimento nº 402/95, do senador Pedro Simon, solicitando a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, integrada por 15 senadores, destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento; PLC nº 102/96, que amplia a legitimidade para causas perante os juizados especiais cíveis; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispendo sobre a gestão democrática do ensino público; Emenda nº 2 de Plenário ao substitutivo do PLS nº 30/99, que altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição federal e institui normas para licitações e contratos de administração pública; PLS nº 140/99, que altera a redação do parágrafo 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para estender aos presidentes das juntas de Conciliação e Julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da Justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; PLS nº 168/99, que altera a Lei nº 9.503/97, que institui o Código Brasileiro de Trânsito; PLS nº 248/99, que altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; PDL nº 18/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós; e PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Solimões. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

Pauta: entre outros itens, análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998. *Plenário 2 — Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

9h às 18h — Debate sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), promovido pelos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. *Auditório Petrônio Portella*
19h — Lançamento do encarte da revista *Inside Brasil*, “Os 20 Brasileiros Vencedores do Século XX — Personalidades Patrióticas Empreendedoras”. *Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, Anexo I*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Agência reguladora terá normas para gerir pessoal

Projeto acolhido pelo Plenário fixa, também, critérios uniformes na composição da diretoria desses órgãos, bem como as regras para o exercício do mandato pelos dirigentes, que dependem da aprovação do Senado

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do Poder Executivo estabelecendo que as relações de trabalho no âmbito das agências reguladoras serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação correlata, em regime de emprego público, e não pelo Regime Jurídico Único (RJU). A matéria, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tramitou no Senado em regime de urgência constitucional, irá à sanção presidencial.

A proposta determina critérios uniformes para a composição e mandato da direção das agências reguladoras, cria empregos públicos de nível superior e médio na função de regulação, prevê concurso público para o preenchimento dos cargos e atribui à própria direção das agências o poder de aprovar o regimento de suas atividades específicas, definindo estrutura, classificação e salários dos empregos públicos sob sua alçada.

Vinte emendas foram apresen-

tadas pelos senadores nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), todas elas rejeitadas pelos dois relatores da matéria – respectivamente, senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Romero Jucá (PSDB-RR). Desse total, sete foram destacadas para votação em separado pelo Plenário por suas autoras – senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Emilia Fernandes (PDT-RS) – e também rejeitadas.

O projeto determina que as agências serão dirigidas em regime de colegiado por um conselho de diretores, um dos quais será o diretor-geral escolhido e nomeado pelo presidente da República. Antes da nomeação, o indicado deverá ser aprovado pelo Senado. Os diretores terão mandatos não coincidentes fixados pelo regimento de cada agência e só perderão o cargo por renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

Concursos públicos dependem apenas da sanção da proposta

O dispositivo que motivou muitas das emendas apresentadas à proposta de gestão de pessoal das agências reguladoras refere-se à “quarentena” estabelecida para os mandatos de direção. Diretores de agências só poderão exercer atividades no setor público e em empresas ligadas ao setor regulado após quatro meses. Na “quarentena”, em que o ex-dirigente ficará vinculado à agência e recebendo a remuneração do cargo que exerceu, podem ser incluídos períodos de férias não gozadas.

Após a sanção, todas as agências estarão autorizadas a realizar concursos públicos para compor seus quadros de pessoal. O projeto prevê a criação de 3.717 empregos públicos nos quadros de pessoal efetivo das agências nacionais de Telecomunicações (Anatel, 1.496), Energia Elétrica (Aneel, 325), Petróleo (ANP, 657), Vigilância Sanitária (ANVS, 724) e de Saúde Suplementar (ANS, 515).

Quanto às regras para aquisição de bens e contratação de serviços, as agências poderão fazê-lo nas modalidades de consulta e pregão. No caso de obras e serviços de engenharia, valerão as normas de licitação e contratação vigentes para toda a admi-

nistração pública.

Para o relator Francelino Pereira, o projeto permite assegurar “o recrutamento de um quadro de pessoal de alto nível, remunerá-lo adequadamente e geri-lo com a flexibilidade necessária às suas atividades”. Segundo Romero Jucá, foi também com o objetivo de garantir pessoal altamente qualificado para as agências que o projeto fixou a regra de que os cargos técnicos comissionados serão privativos dos servidores do quadro de pessoal próprio de cada agência.

O projeto cria os empregos públicos de nível superior de regulador e de analista de suporte à regulação, e os de nível médio de técnico em regulação e técnico de suporte à regulação. Outro cargo efetivo de nível superior criado é o de procurador. Além destes, são criados também cargos comissionados de direção, de gerência executiva, de assessoria e de assistência e os cargos comissionados técnicos. As agências poderão também requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades da administração pública e custear despesas de remoção e estada de profissionais, quando for o caso.



Antonio Carlos Magalhães, ao lado de Geraldo Melo, presidiu a sessão que aprovou as normas para gestão de pessoal nas agências

Quarentena de ex-diretores gera debate

As lideranças do PFL, PSDB e PMDB no Senado posicionaram-se pela inconveniência de uma quarentena anterior ao exercício dos mandatos de dirigentes das agências reguladoras e conseguiram a rejeição, em Plenário, de todas as emendas apresentadas ao projeto de lei que regula a gestão de pessoal nesses órgãos. Com isso, a “quarentena” vai limitar-se ao impedimento de ex-diretor de exercer atividades no setor público ou em empresas privadas pelo período de quatro meses.

Segundo o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), essa seria “a única forma de buscar no mercado profissionais mais qualificados

para exercer mandato de fiscalização e regulação”.

Para Heloísa Helena, o projeto revoga, em seu último artigo, dispositivos de outras leis que garantiam “um mínimo de moralidade pública”, por impedirem tráfico de influência e promiscuidade entre agências e setores regulados por elas. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) considerou que os argumentos da senadora petista “geraram dúvidas significativas no Plenário” e exigiam esclarecimentos.

A senadora Emilia Fernandes defendeu emendas ao projeto



Emilia queria vincular servidores ao Regime Jurídico Único

para submeter os servidores das agências ao Regime Jurídico Único; para assegurar tratamento isonômico aos servidores que irão compor o quadro de pessoal efetivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS); para garantir que servidores anistiados após demitidos no

governo Fernando Collor de Melo fossem incluídos no quadro de pessoal das agências; e para integrar ao quadro da Anatel os servidores do extinto Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel). Todas elas foram rejeitadas pelo Plenário.

Exigência de idade para o TCU poderá ser reduzida

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que altera a Constituição nas exigências referentes à idade máxima para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da



Cabral é autor da emenda que, segundo ele, corrige injustiça

União. O texto, que recebeu 53 votos favoráveis e nenhum contrário, voltará ao Plenário para ser votado em segundo turno, antes de ser enviado à deliberação da Câmara.

Hoje, a Constituição diz que, para ser ministro do TCU, o candidato precisa ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade. O texto de Cabral estabelece que

os auditores com mais de 65 anos, que já tenham substituído ministro por mais de cinco anos, podem ser nomeados para o cargo. Isso porque Cabral entende que, ao ingressarem no TCU, os auditores já cumpriram as exigências referentes a limites de idade.

A Constituição reserva uma vaga de ministro para ser preenchida por um dos três auditores do TCU. No debate da matéria, Cabral disse que seu propósito era corrigir uma injustiça. Ele lembrou que o TCU se diferencia dos outros tribunais por integrar não o Judiciário, mas o Poder Legislativo. Também observou que, no Superior

Tribunal Militar, não se exige limite de idade para magistrados que já atenderam a esse requisito quando ingressaram nas Forças Armadas.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) também argumentou que, tendo preenchido os requisitos de idade ao ingressar no TCU, os auditores não devem ser submetidos a exigências desse tipo na hora de ocupar a vaga de ministro. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Amir Lando (PMDB-RO) concordou com Bernardo Cabral. Para ele, exigir o mesmo limite de idade quando o auditor vê aberta a rara oportunidade de ascender ao cargo de ministro é injustificável porque prejudica “os legítimos interesses dos integrantes da categoria”.

Plenário define novas regras para nacionalidade

A PEC, que recebeu ontem 52 votos favoráveis e apenas um contra, garante o registro aos filhos de pai ou mãe brasileiros nascidos no exterior. Para entrar em vigor, a emenda precisa ainda ser aprovada pela Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade. A iniciativa visa a corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, uma vez que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças só pode ser feito em cartório localizado no Brasil. Aprovada em segundo turno por 52 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, a matéria segue agora para a Câmara dos Deputados, onde será submetida a dois turnos de votação. Se for mantido o texto do Senado, irá à promulgação.

A aprovação definitiva da emenda irá restaurar a redação dada pela Constituição de 1988 ao tema,



O Plenário durante a votação da proposta de emenda constitucional que altera as condições para a aquisição da nacionalidade brasileira

modificada pela revisão constitucional de 1994, criando um limbo jurídico para os filhos de brasileiros nascidos no exterior. Com a alteração, a Constituição passou a considerar que são também brasi-

leiros os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileira, desde que registrados em repartição brasileira competente. É estabelecida ainda atualmente como condição para adquirir a nacionalida-

de brasileira o vir a residir no Brasil e a opção em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.

Lúcio Alcântara classificou como aberração a situação vigente. Para exemplificar, o parlamentar mostrou ao Plenário documento emitido pelo consulado brasileiro em Miami, que registrou o nascimento de José Rangel de Araújo Cavalcante Neto atestando que a sua condição de brasileiro está sujeita a confirmação mediante dois eventos — a residência no Brasil e a opção pela nacionalidade brasileira perante juiz federal.

— É uma situação evidentemente precária, em que a nacionalidade fica pendente. O que estamos querendo é acabar com isso — afirmou Lúcio Alcântara.

O senador Romeu Tuma (PFL-

SP) informou ter um neto nascido no exterior nas mesmas circunstâncias. Amir Lando (PMDB-RO), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sustentou que a situação cria diversas dificuldades para os filhos de brasileiros nascidos no exterior, o que demanda urgência para aprovação da emenda.

Foi aprovada também iniciativa do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para inserir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição que os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da emenda, filhos de pai ou mãe brasileira, poderão ser também registrados em repartição diplomática competente.

Paulo Souto alerta para aumento de IPTU previsto na emenda da saúde

Em primeiro turno, o Senado realizou ontem o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos a serem aplicados em saúde pública. O senador Paulo Souto (PFL-BA) alertou para o fato de que, ao votar a emenda, o Senado poderá estar aumentando o IPTU em alguns municípios brasileiros.

Isso porque a proposta fixa em 15% o percentual do imposto, além do ISS (Imposto sobre Serviços) e do Imposto de Transmissão Inter Vivos, que os municípios deverão aplicar em saúde. Dispõe também que, sem prejuízo da progressividade no tempo já prevista na Constituição, o IPTU po-

derá ser progressivo em razão do valor do imóvel, podendo também ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do bem.

Ao interpretar esses dispositivos, Paulo Souto concluiu que os municípios ficarão com grande grau de liberdade para promover substanciais aumentos no IPTU, mediante o poder discricionário que terão para alterar as alíquotas. “Se o IPTU, além de ser progressivo no tempo, for progressivo em função do valor da propriedade e da localização, essa PEC significará provavelmente um novo ônus para a população, pois é absolutamente certo o aumento das alíquotas”, disse.

Ele também afirmou que “não adianta dourar essa atitude com o argumento de que isso só vai afetar as classes privilegiadas, porque a experiência tem mostrado que em situações semelhantes a conta sempre acaba sendo paga pela classe média”.

A emenda estabelece que lei complementar definirá o percentual a ser aplicado no setor de saúde pela União, estados e municípios. Até a aprovação da lei, valerá disposição constitucional transitória, segundo a qual a União será obrigada no ano 2000 a aplicar em saúde 5% a mais do que em 1999 e, entre 2001 e 2004, o valor aplicado no ano anterior corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Senado renova duas concessões de rádio

O Senado aprovou ontem a renovação da concessão das emissoras em onda média Rádio Goiatuba, de Goiatuba (GO), e Fundação Nossa Senhora Aparecida, de Aparecida (SP). Também foi aprovada a renovação da permissão da Rádio FM Morada do Sol, de Araraquara (SP). As matérias seguiram para promulgação da presidência do Senado.

Ao encaminhar o voto, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estabeleceu uma relação entre o Plano Nacional de Segurança Pú-

blica e as concessões de rádio e TV. Ele lembrou que a bancada do PT tem-se abtido de votar projetos de concessão ou renovação para marcar posição em favor da instalação do Conselho de Comunicação Social, de acordo com o artigo 224 da Constituição. “Cada vez mais eu me convenço de que a grande sorte desse governo é o Stanislaw Ponte Preta não estar mais entre nós, porque isso aqui é o próprio Febeapa, ou o Festival de Besteiras que Assola o País”, disse.

Dutra afirmou que, entre as propostas do Plano Nacional de Segurança Pública, o governo vai encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei para a criação do Conselho de Comunicação Social. “Será que não teve nenhum assessor legislativo que alertasse o governo sobre esse Febeapa?”, questionou o senador. Ele lembrou que a Lei nº 8.389, que cria o conselho, já tem dez anos e que o governo não precisa enviar proposta para criar uma lei que já existe.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2000. Presidente da República. Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o projeto, rejeitadas todas as emendas destacadas. À sanção.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira). Parecer nº 589/2000-CCJ, Relator: Senador Amir Lando, oferecendo a redação para o segundo turno.

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 52 Não: 01 Abst: 01 Total: 54. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

3

Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2000. Senador Bernardo Cabral e outros. Dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 73 da Constituição federal (condição de nomeação de auditor para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União).

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 53 Não: 0 Abst: 0 Total: 53. A matéria constará da Ordem do Dia, oportunamente, para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

4

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999 — Complementar. Senador José Eduardo Dutra. Estabelece normas de acesso ao Siofi — Sistema de Administração Financeira — e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências.

Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), fica prejudicado o projeto. Votaram: Sim: 50 Não: 01 Abst: 0 Total: 51. Votação, em globo, das Subemendas de nºs 1 a 6-CAE. Votaram: Sim: 44 Não: 0 Abst: 0 Total: 44. À CD, para redigir o vencido, para o turno suplementar.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1999. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno. A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o terceiro dia de discussão, em 1º turno.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba OM (GO).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 1999. Renova a concessão da Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar rádio OM em Aparecida (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rádio Morada do Sol FM de Araraquara (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Projeto que tipifica crimes contra a Previdência vai hoje a votação

A proposta, do Executivo e já aprovada na Câmara, inclui entre os novos delitos a apropriação indébita de contribuições, a inserção de dados falsos no sistema, a falsificação de documentos e a sonegação

Projeto de iniciativa do governo que tipifica os crimes contra a Previdência deverá ser votado hoje pelo Plenário do Senado. Entre os novos delitos previstos estão a apropriação indébita de contribuições, inserção de dados falsos ou alteração não autorizada no sistema informatizado da Previdência, sonegação de contribuição, falsificação de documentos e acesso não autorizado ao sistema.

Já votado na Câmara, o projeto não recebeu emendas no Senado. Se for aprovada pelo Plenário, a proposta vai à sanção presidencial. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Bello Parga (PFL-MA) ressaltou a relevância da proposta. "São amplamente conhecidos os graves prejuízos causados à Previdên-



Parga, relator na CCJ: as medidas são importantes para combater os crimes contra a Previdência

cia Social e ao Estado brasileiro pelos fraudadores e outros criminosos que a imprensa costuma divulgar como *máfia da Previdência*", afirmou.

Em regime de urgência, o Senado vota também projeto de resolução que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios. Decide ainda se autoriza o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 212,6 milhões junto ao Banque Nationale

de Paris. O Plenário deve resolver também se o governo brasileiro pode contrair empréstimos de US\$ 167,9 milhões e de US\$ 44,6 milhões junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau.

A primeira operação se destina ao financiamento de 85% do valor dos bens e serviços referentes à parte alemã que integram o projeto Pró-Amazônia/Promotec. A segunda operação financeira 15% dessa aquisição, bem como os servi-

ços a serem prestados por empresas brasileiras.

Também hoje, o Senado realiza o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que determina percentual mínimo, definido em lei complementar, que o Brasil deverá aplicar em saúde pública. A intenção é aumentar os recursos aplicados pela União, estados e municípios no setor, definindo as suas fontes.

Relator da matéria na CCJ, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a ação governamental para a saúde não tem surtido os efeitos desejados junto à população carente, que não pode dispor de plano de saúde privado. Na mesma sessão, o Senado delibera sobre a renovação de funcionamento de sete emissoras de rádio.



Luiz Otávio apresentará suas explicações sobre denúncia de desvio de recursos públicos

Conselho de Ética ouve às 9h defesa de Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, a partir das 9h, para ouvir as explicações do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) sobre denúncia em que é apontado como autor de suposto desvio de recursos públicos em benefício de empresa de sua propriedade. Para concluir seu parecer, a senadora Heloísa Helena (PT-AL), relatora da matéria, irá basear-se no depoimento do parlamentar e nos levantamentos realizados sobre a denúncia a partir de fevereiro, quando foi indicada para a tarefa.

Após conhecer os argumentos da defesa, Heloísa pode indicar o arquivamento do processo ou a sua continuação, se considerar procedentes as acusações. Seu relatório será então votado pelos demais membros do conselho, que podem aprovar ou rejeitar sua recomendação.

A denúncia contra Luiz Otávio foi oferecida por Abílio Teixeira, residente em Brasília, que alega, a partir de matérias jornalísticas, que o senador, quando secretário estadual de Transportes do Pará, em 1992, teria negociado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrato de R\$ 13 milhões para a construção de 13 balsas pela empresa Ebal e Rodomar, de propriedade do parlamentar e de seus familiares, segundo notícias da imprensa. O denunciante alega também que as embarcações não foram construídas.

Segundo assegurou o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio terá amplo direito de defesa — que poderá ser exercida pessoalmente ou por meio de advogados —, a exemplo do que ocorreu no processo contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Senado celebra centenário do educador Anísio Teixeira

O centenário do professor Anísio Teixeira, pioneiro na defesa da implantação, no país, da educação em tempo integral, será celebrado hoje pelo Plenário do Senado.

O requerimento de homenagem a Teixeira, criador na década de 30 de um moderno sistema de ensino na Guanabara, então Distrito Federal, e da inovadora Escola Parque de Salvador (BA), em 1950, tem como primeiro signatário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Anísio Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900 em Caetité (BA). Em 1914, partiu para Salvador, onde ingressou no Colégio Antônio Vieira. Em seguida foi para o Rio de Janeiro, diplomando-se em Direito em 1922. De volta a Salvador, em 1924, acabou sendo convidado pelo governador Francisco Marques de Góes Calmon para o cargo de inspetor-geral do Ensino da Bahia.



Anísio Teixeira, falecido em 11 de março de 1971, faria 100 anos no dia 12 de julho

De 1931 a 1935, no governo do prefeito Pedro Ernesto no antigo Distrito Federal, Teixeira criou uma rede municipal de ensino da escola primária à universidade. Introduziu a moderna arquitetura escolar, ampliou as matrículas, criou serviços de extensão e aperfeiçoamento e as escolas técnicas secundárias e transformou a antiga escola normal em instituto de educação. O educador obteve

projeção nacional por suas realizações na capital federal. Em dezembro de 1935, motivos políticos teriam levado Anísio Teixeira a pedir sua demissão junto ao prefeito Pedro Ernesto. Muitos de seus colaboradores foram perseguidos e alguns acabaram sendo presos. O educador refugiou-se no sertão da Bahia e, entre 1937 e 1945, dedicou-se a negócios como a exploração e exportação de manganês.

Teixeira foi depois convidado pelo então governador da Bahia Otávio Mangabeira para o cargo de secretário de Educação e Saúde do estado. Uma de suas mais importantes iniciativas foi a construção do Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como escola-parque, no bairro da Liberdade.

A escola-parque, inaugurada em 1950, procurava oferecer à criança educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização e

preparação para o trabalho e a cidadania. A escola também privilegiava o ensino de artes plásticas. Participaram do projeto artistas de renome como Caribé e Mário Cravo. Durante toda a década de 50, Teixeira manteve-se ativo no debate sobre educação popular, seja por meio de conferências, livros, manifestos, ou através de sua gestão na administração pública.

Em 1951, no Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria-Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que seria por ele transformada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No ano seguinte, passou a acumular o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), no qual permaneceu até 1964. O educador baiano faleceu em 11 de março de 1971.



Távola sugere que o usuário de drogas seja tratado como um doente que requer tratamento médico

Távola propõe maior rigor contra tráfico de drogas

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) vai propor, em substitutivo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que trata de prevenção ao uso de drogas e da repressão ao tráfico, mais rigor nas penas a serem aplicadas ao traficante e maiores cuidados no tratamento do usuário. O projeto vai ser examinado na reunião de hoje, às 11h30, na Comissão de Educação (CE).

Távola propõe que a lei reconheça no usuário de drogas um doente que deve ser tratado com os recursos da medicina, e não à base de repressão policial. Em relação ao produtor, ao traficante e ao vendedor, para ele, a legislação deve ser dura: os que forem condenados deverão ficar sob regime fechado pelo menos durante toda a primeira terça parte da pena.

O substitutivo também defende a redução da pena dos condenados em troca da denúncia e do fornecimento de informações sobre os demais integrantes da quadrilha. Trata-se, segundo Távola, de uma prática que se tem mostrado eficiente nos países em que foi adotada. A pauta da CE inclui, ainda, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que dá o nome do ex-prefeito do Distrito Federal Israel Pinheiro à terceira ponte sobre o lago Paranoá, em Brasília. Francelino Pereira (PFL-MG) já antecipou que dará parecer contrário à matéria.

Gerson Camata (PMDB-ES) apresentará parecer favorável ao projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que dá ao aeroporto de Porto Velho o nome de Jorge Teixeira de Oliveira. Ainda integram a pauta da comissão quatro projetos de resolução que tratam da renovação e concessão de emissoras de rádio e TV.

CAE vota pedido de crédito de US\$ 505 milhões junto ao Bird

Segundo a Procuradoria da Fazenda Nacional, os recursos se destinam a garantir a estabilidade e manter o nível de despesas na área social

Autorização para contratação de empréstimo de US\$ 505 milhões pelo Brasil junto ao Banco Mundial (Bird) está entre os oito itens da pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará hoje.

De acordo com parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os recursos destinam-se a "manter o nível de despesas e investimento público na área social" e "contribuir para manutenção da estabilidade macroeconômica, de forma a restaurar a confiança no mercado de capitais nacional". O relator, senador Luiz Otávio (sem partido-PA), apresentou voto favorável.

Os integrantes também vão apreciar projeto de lei que obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a aplicar anualmente no mínimo 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologia do setor elétrico, e no mínimo 0,25% em programas de eficiência energética no uso final. O relator da matéria, que ainda será examinada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), é o senador Paulo Souto (PFL-BA).

Outros dois projetos serão votados na CAE antes de seguir para a CI. O primeiro destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos



Lúcio Alcântara relata as mudanças propostas no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação

para fins de geração de energia e pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia, tendo como relator o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

O segundo estabelece que 10% das receitas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) obtidas com contratos de cessão de direitos de uso de infraestrutura rodoviária para fins de exploração de sistemas de comunicação e telecomunicações serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Os recursos serão utilizados para financiamento de pesquisas nos setores de transportes terrestres e hidroviários.

PETRÓLEO

A CAE também deve analisar o projeto de lei que estende até o final de 2001 o prazo de transição estabelecido para o setor de pe-

tróleo entrar no regime de livre mercado previsto pela Lei do Petróleo, de 1997. Pelo projeto, o governo continuará fixando os reajustes nos preços dos derivados básicos de petróleo e gás natural. A matéria, relatada na CAE por Sérgio Machado (PSDB-CE), será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Mais dois projetos em exame na CAE seguirão para a Comissão de Educação (CE), caso sejam aprovados. O primeiro institui o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento tecnológico no país. O projeto institui a uma contribuição de 10% sobre as transferências de *royalties* de patentes para o exterior.

O segundo cria o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, financiado, entre outros itens, por um quarto das receitas da União provenientes de lançamentos, em caráter comercial, de satélites e foguetes de sondagem a partir do território brasileiro. As propostas são relatadas, respectivamente, por Bello Parga (PFL-MA) e Pedro Piva (PSDB-SP).

Finalmente, deverão ser examinadas as emendas de Plenário ao projeto de lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (Fust). O parecer do relator, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é favorável às alterações, que já foram aprovadas pela CI, onde a matéria foi relatada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).



A CPI, que é presidida por Tuma, quer conhecer as medidas adotadas para evitar os assaltos a caminhões

CPI ouve Polícia Rodoviária sobre roubo de cargas

A partir das 15h de hoje, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o crescimento do roubo de cargas ouvirão quatro depoimentos. Foram convidados o vice-presidente técnico da Sul América Seguros, Ivan Gonçalves Passos; o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Demóstenes Madureira de Pinho Filho; o diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes; e o presidente da Federação de Caminhoneiros Autônomos, José da Fonseca Lopes. O diretor da Polícia Rodoviária prestará esclarecimentos sobre as medidas adotadas para combater os assaltos a caminhões.

Além de investigar o roubo de cargas, a CPI, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem como objetivo criar mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas. Pelos dados fornecidos pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) e pela Associação Nacional de Transportes de Cargas, no ano passado foram registradas 4.200 ocorrências, resultando em um prejuízo de R\$ 315 milhões.

Entre as iniciativas já tomadas pela CPI, está a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi elaborada a partir dos trabalhos das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, realizados pela Câmara dos Deputados. Consta da lista o nome de Artur Eugênio Mathias, cuja prisão teria chegado a diminuir o número de assaltos a caminhões na cidade de Campinas (SP). Agora solto, ele volta a ser investigado, dessa vez pela CPI do Roubo de Cargas. A reunião da comissão será na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no anexo II do Senado.

Comissão aprecia nome indicado para cargo de embaixador no Malauí

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se hoje, às 17h30, para apreciar a indicação de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer o cargo de embaixador brasileiro no Malauí, acumulando com o cargo que já exerce de embaixador no Zimbábue. Na

mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), analisa projeto que estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros.



O senador José Sarney preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Parlamentares analisam MP que reduz os juros agrícolas

Reúne-se hoje, a partir das 14h30, para discutir e votar o relatório final, de autoria do deputado Francisco Garcia, a comissão mista destinada a examinar a medida provisória que define novas regras para a concessão de empréstimos pelos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A MP reduz os juros dos financiamentos solicitados pelos agricultores daquelas três regiões a partir de 14 de janeiro de 2000.

A taxa de juros para agricultores familiares e suas respectivas cooperativas e associações, de acordo com a medida provisória, é de 5% ao ano, exceto para os assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). As demais taxas de juros são de 9% para mini produtores, 10,5% para pequenos produtores, 14% para médios produtores e 16% ao ano para os grandes produtores.

A MP beneficia também as indústrias, agroindústrias, empresas de infra-estrutura e turismo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo justificativa da Presidência da República, a

medida provisória tem por meta beneficiar pequenos produtores das três regiões mais pobres do país que não foram incluídos no processo de renegociação das dívidas dos agricultores.

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988 com o objetivo de financiar os setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A União ficou obrigada a repassar 3% de toda a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para esses programas.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram repassados, somente no ano passado, R\$ 286 milhões para o Fundo Constitucional do Norte (FNO) e o mesmo valor para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) recebeu, no mesmo período, R\$ 853 milhões. A comissão mista é presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e tem como vice-presidente o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

CAS examina novo prazo para liberalizar setor de combustíveis

O projeto que prorroga o regime de transição para a implantação do sistema de livre iniciativa e de competição na área de combustíveis é um dos temas que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá em reunião marcada para hoje, às 11 horas. O parecer do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), é favorável ao projeto, que também altera as contribuições tributárias incidentes sobre a venda de combustíveis.

Pela legislação em vigor, o período de transição para que os preços de derivados de petróleo e álcool carburante continuem a ser controlados pelos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia termina no próximo dia 7 de agosto. O novo prazo proposto estende-se, no máximo, até 31 de dezembro de 2001.

Outro parecer a ser examinado pela CAS, que é presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), é de Emilia Fernandes (PDT-RS). Ele é favorável ao projeto, de iniciativa da deputada federal Luíza Erundina (PSB-SP), que assegura ao adolescente a presença do seu



Jucá é favorável ao novo prazo para implantar o regime de livre iniciativa no setor de combustíveis

advogado constituído ou defensor nomeado pelo juiz da Infância e da Juventude, quando for ouvido pelo Ministério Público no procedimento de apuração de ato infracional a ele atribuído.

— A proposta objetiva sanar deficiência existente no Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de assegurar que o adolescente não reste indefeso ao se apresentar ao representante do Ministério Público — justificou a deputada Luíza Erundina ao apresentar o seu projeto.

CCJ discute mudança em regras para recrutamento de pessoal

Comissão aprecia projeto de lei que proíbe a exigência de “boa aparência” em anúncios publicados para selecionar empregados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia hoje projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que proíbe o uso da expressão “boa aparência” nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal. Na justificativa da matéria, o senador afirma que não restam dúvidas que a exigência é discriminatória. De acordo com a proposta, os infratores estarão sujeitos a multas, a serem revertidas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O relator da matéria, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou parecer favorável, argumentando que a Constituição federal menciona como direito do trabalhador “a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”. Para o senador, o critério de admissão, portanto, tem de ser objetivo, de modo que as conotações pessoais sejam colocadas de lado.

A CCJ irá analisar também três



Para Cândido, é discriminatório exigir “boa aparência” dos candidatos a emprego

projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que propõem a realização de plebiscitos nos estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas para a criação, por desmembramento, dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões. Os projetos de criação dos estados de Araguaia e Tapajós receberam pareceres favoráveis dos relatores Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP). Mozarildo quer que

Araguaia e Tapajós sejam considerados inicialmente territórios, como forma de viabilizar sua sobrevivência financeira, para posteriormente serem alçados à condição de estados. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do projeto de criação do estado do Solimões, emitiu parecer pela aprovação de substitutivo à proposta original.

Está também incluída na pauta da CCJ a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que permite a constituição de guardas municipais para a proteção de bens, serviços, instalações e logradouros públicos.

Outra PEC a ser examinada, de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), obteve parecer favorável de Amir Lando (PMDB-RO). Ela atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de propor lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas no processo e julgamento de crimes contra o sistema financeiro.

Relatório da LDO determina previsão de aumento para servidor público

A proposta de Orçamento da União para 2001 deverá conter uma previsão da possibilidade de concessão, pelo governo, de aumentos reais ao funcionalismo público e do valor do salário mínimo — que tem impacto direto sobre as contas da Previdência Social. A inovação está prevista no parecer que o deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano que vem, apresenta hoje, às 18 horas, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

De acordo com o parecer, que será divulgado aos líderes partidários pela manhã, o governo deverá incluir na proposta orçamentária de 2001 a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. O projeto original previa crescimento zero para essas despesas, que incluem o pagamento de benefícios previdenciários e gastos com pessoal.

“As informações econômicas

mais recentes indicam a possibilidade de crescimento econômico e conseqüente aumento de receita no ano vindouro”, observa Sérgio Guerra em seu parecer, que pode ser colocado em votação amanhã na Comissão de Orçamento. “Determinamos que o projeto de lei orçamentária deverá conter a estimativa da margem de expansão, indicando a parcela dessa margem que poderá atender a um eventual aumento das despesas com pessoal e encargos sociais”, afirma.

O parecer estipula que a elaboração da proposta orçamentária de 2001 levará em conta a obtenção de superávit primário de pelo menos R\$ 33,8 bilhões nos orçamentos fiscal e da seguridade social e de, no mínimo, R\$ 1,3 bilhão no orçamento das empresas estatais. A novidade incluída pelo relator é a possibilidade, durante a execução do Orçamento, de compensação entre as metas, desde que preservado o objetivo do resultado consolidado. O Executivo ficará obrigado a encaminhar ao Congresso, a cada qua-

tro meses, avaliações do cumprimento da meta de superávit.

O anexo de Metas e Prioridades do projeto da LDO recebeu 805 emendas de parlamentares, das quais 41 tinham como objetivo ajustar as ações estabelecidas na proposta ao Plano Plurianual para o período 1999-2003. De acordo com o relator, um dos critérios para exame das emendas foi o de avaliação do nível de execução e de possibilidade de conclusão das obras.

Outra alteração prevista no substitutivo do relator diz respeito à alocação de verbas para a área social. Guerra reconhece que o projeto do governo inovou ao conferir prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas alerta que o texto não deixou claros os critérios para escolha das localidades beneficiadas. “Assim, incluímos dispositivo que determina o envio de informações complementares, junto à proposta orçamentária para 2001, para tornar claro como se dará a escolha dessas áreas”, afirma Guerra.

Jader alerta contra privatização de bancos

Senador está preocupado com notícias sobre retomada de estudos para definir formato das agências de financiamento regional

Em nome da liderança do PMDB, o senador Jader Barbalho (PA) afirmou ontem que o partido estará atento a qualquer tentativa de privatização dos bancos do Brasil, do Nordeste, da Amazônia (Basa), Caixa Econômica Federal e do BNDES. O senador esclareceu que essa posição deve-se às notícias de que a equipe econômica do governo dará seqüência aos estudos iniciados por uma consultoria estrangeira para estabelecer o novo formato das agências de financiamento regional.

Jader disse que os bancos da Amazônia e do Nordeste são instrumentos fundamentais de política governamental de intervenção



Jader observou que bancos da Amazônia e do Nordeste não podem ser transformados apenas em agências de fomento

setorial, não podendo ser transformados em agências apenas de fomento, o que, na avaliação dele, seria o primeiro passo para as pri-

vatizações. O senador destacou especialmente o papel desempenhado pelo Banco da Amazônia na região Norte, onde é a única instituição bancária presente em grande parte dos municípios.

De acordo com dados apresentados pelo senador, o Basa é responsável por 83% de todo o crédito de fomento aplicado na região, 97% de todo o crédito fornecido a microempresas e de 83% do crédito agrícola familiar, atendendo 54.145 produtores em 304 municípios.

— Não nos conformaremos com a privatização desses bancos sem um debate público — adiantou Jader, acrescentando que, se existe alguma irregularidade nesses organismos, é obrigação do governo efetuar a correção.

Má distribuição de recursos rebaixa posição do país na saúde, diz Ademir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apontou a má distribuição dos recursos investidos pelo governo federal no setor de saúde no país, sobretudo na região Norte, como a principal causa da classificação do Brasil em 125º lugar — uma das piores do planeta — em estudo recentemente divulgado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Conforme o senador, apesar de ter havido um acréscimo nos recursos destinados à saúde entre 1996 e 1999, esse crescimento não contribuiu para reduzir as desigualdades regionais. “Muito pelo contrário, as desigualdades vêm aumentando”, frisou o senador.

Ademir Andrade citou a distribuição dos gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) para exemplificar o que chamou de “claro distanciamento” entre as regiões mais pobres e as mais ricas do país. Segundo ele, enquanto um cidadão da região Sudeste recebeu pelo SUS, em 1999, R\$ 63,90, o “caboclo” da região Norte recebeu apenas R\$ 36,87.

— Veja o tamanho dessa disparidade. O cidadão do Norte, mais necessitado e mais carente, recebe a metade daquilo que recebe o cidadão do Sudeste. Se analisar-

mos por estado da Federação, a disparidade ainda é mais acentuada. Enquanto o SUS gastou R\$ 69,18 *per capita* em São Paulo, em 1999, no Pará este gasto ficou em R\$ 33,43. Menos da metade, portanto. É um tratamento de meio cidadão, ou subcidadão, dado ao habitante da região Norte.

DESIGUALDADE

O senador mencionou ainda nota divulgada pelo ministro da Saúde, José Serra, que, no mesmo dia em que a OMS publicou o estudo, tentou esclarecer os principais motivos de o país estar numa colocação tão ruim na avaliação da entidade internacional, tais como a profunda desigualdade na distribuição de renda, a semiparalisação dos investimentos e a insuficiência de orçamentos para saúde.

Ademir Andrade discordou do ministro afirmando que, segundo o próprio estudo da OMS, o principal problema não é o baixo financiamento das ações de saúde. O senador observou que, se fosse avaliado o volume de financiamento, como o Brasil investe 3,17% do PIB em saúde, gastando US\$ 428 *per capita*, “estaria num razoável 54º lugar”. Ele lembrou que os Estados Unidos investem 13,7%



Ademir: distribuição de verbas do SUS mostra distanciamento entre regiões ricas e pobres do país

do seu PIB no setor e estão em 37º lugar.

Embora considerando o resultado do estudo da OMS como “estarrecedor”, Ademir Andrade disse que sua divulgação é importante por expor a realidade à população e contribuir para o processo de tomada de consciência.

— Só mesmo uma mobilização popular gerada pela indignação da sociedade fará com que o governo mude suas prioridades, voltando-se mais para as políticas sociais e para os interesses internos do país — afirmou o senador.

Suplicy pede aprovação de projeto que reconhece união de pessoas do mesmo sexo

Ao registrar em Plenário ontem o sucesso da 4ª Parada Gay de São Paulo, ocorrida neste final de semana com a presença de cerca de 100 mil pessoas, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a aprovação do projeto de autoria da ex-deputada Marta Suplicy, ora tramitando na Câmara dos Deputados, que reconhece a união de pessoas do mesmo sexo.

O parlamentar petista lembrou que esse tipo de união já é admitida em vários países, citando como exemplo a Alemanha e o Canadá. Ele acrescentou que recente decisão da Justiça do Rio Grande do Sul também reconheceu o direito da união de parceiros do mesmo sexo e pediu que o Congresso Nacional “manifeste a sua vontade de também votar o projeto nessa mesma direção”.

No mesmo pronunciamento, Eduardo Suplicy disse ter-se envolvido num pequeno distúrbio durante a Parada Gay paulista,



Suplicy afirmou que união entre pessoas do mesmo sexo já é admitida em vários países

quando um militante do PSTU teria tentado agredi-lo no rosto, revoltado porque a palavra não teria sido dada ao candidato a prefeito do partido. Após manter contato com vários dirigentes do PSTU, o episódio, segundo Suplicy, foi contornado, tanto que aceitou as desculpas de lideranças do partido e do pretenso agressor.

ACM espera apoio da oposição para que MPs sejam regulamentadas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem de manhã seu desejo de ver aprovada, ainda neste semestre, a proposta de emenda constitucional, em tramitação na Câmara, que regulamenta a edição de medidas provisórias pelo Executivo. Para que isso aconteça, destacou, é fundamental que a oposição coopere.

— A oposição tem que colaborar, cedendo um pouco, para que saia a regulamentação das MPs — explicou o senador, referindo-se a entendimentos em torno do substitutivo do deputado Roberto Brant (PLF-MG).

Com relação à votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Congresso Nacional, pré-requisito para que o Legislativo possa entrar em recesso parlamentar durante o próximo mês de julho, Antonio Carlos disse não ter preocupações. Ele comentou que a matéria deverá ser apreciada normalmente até sexta-feira.



Antonio Carlos prevê aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias até sexta-feira

VISITA

Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem a visita do ex-deputado federal Glicio Auer, representante do antigo estado da Guanabara, que esteve acompanhado do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Os três foram colegas na Câmara dos Deputados. Glicio, de 80 anos, foi parlamentar pelo antigo PTB, teve o mandato cassado pelo regime militar e esteve exilado por 16 anos.

Estevão reafirma regularidade de seus negócios

Em pronunciamento no Plenário, senador diz que bilhete publicado pela imprensa demonstra “uma relação normal de negócios” entre o Grupo OK, de sua propriedade, e as empresas de Fábio Monteiro de Barros

Osmar quer mudar legislação trabalhista para estimular desenvolvimento rural

As normas rígidas da legislação rural brasileira não atentam para a realidade do meio e não se adaptam às diversas variações no contexto produtivo, climático e geográfico em que se desenvolve essa atividade. A constatação é do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que apresentou projeto de lei estabelecendo alterações na legislação trabalhista rural.

Dentre as mudanças propostas, Osmar enfatiza a flexibilização dos contratos de trabalho por meio de negociações coletivas e propõe múltiplas formas de contratação de empregados, inclusive de bônus-frias, como forma de evitar o trabalho informal. Também está prevista no projeto a possibilidade de que trabalhadores e empregadores sejam parceiros nos empreendimentos.

— Esse projeto encaminha diversas mudanças, com reflexos nos valores humanos e com objetivos



Osmar Dias afirma que a atual legislação rural brasileira não atenta para a realidade do meio produtivo

econômicos e sociais amplos. Oferece um leque de opções para a jornada de trabalho e formas de pagamento dos empregados, permitindo maior produção individual e maior rendimento da propriedade”, justifica o senador.

Segundo Osmar Dias, é preciso atentar para a ocorrência de contratos paralelos e atividades mistas, nas quais a indústria, o co-

mércio e a agropecuária aparecem interligados, permitindo o deslocamento da mão-de-obra entre diversos meios e modos de produção. Ele acredita que as mudanças poderão propiciar uma melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e diminuir o inchaço populacional nas periferias de grandes cidades, retendo o homem no campo.

Ministérios promovem debate sobre Zoneamento Ecológico-Econômico

O programa de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que orienta decisões de planejamento e uso do território nacional, é o tema de *workshop* que está sendo promovido pelos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal. O evento, que começa hoje e vai até quinta-feira, discutirá, entre outros assuntos, como o ZEE se enquadra num dos programas prioritários incluídos no Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio de 2000 a 2003. Os ministros Fernando Bezerra (Integração Nacional) e José Sarney Filho (Meio Ambiente) abrem o evento hoje, às 9h. Depois de palestras do secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Sérgio Braga, e do secretário de Programas Integrados,

Antônio José Cerqueira Antunes, serão apresentados os resultados de execução do ZEE em 18 estados. No último dia do *workshop*, um representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e o gerente do ZEE, Luiz Camargo de Miranda, debaterão as diferenças e semelhanças entre os eixos definidos no PPA e o ZEE. O Zoneamento Ecológico-Econômico define as estratégias de desenvolvimento sustentável, orientando os investimentos segundo quatro critérios: o desenvolvimento social, a infraestrutura econômica, a informação e o conhecimento e o meio-ambiente. Segundo a organização, o objetivo do evento é promover uma ampla e profunda revisão do ZEE e aperfeiçoá-lo por meio da avaliação das

atividades realizadas até o momento. Os organizadores afirmam que o ZEE “é um instrumento de grande importância para o planejamento e inserção territorial de projetos, sobretudo depois de iniciado o debate sobre o novo Código Florestal”.

O *workshop* conta ainda com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM).

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) rebateu ontem, em pronunciamento no Plenário, a acusação de que um bilhete escrito no ano passado pelo empresário Fábio Monteiro de Barros, e publicado no domingo pelo jornal *Correio Braziliense*, seria a “prova conclusiva” da existência de uma sociedade entre ele e o empresário para a realização da obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo. Na avaliação do senador, o bilhete é prova de que existia apenas uma relação normal de negócios entre o Grupo OK, de sua propriedade, e as empresas de Monteiro de Barros.

Luiz Estevão garantiu que sequer recebeu o bilhete publicado pelo *Correio Braziliense*, que foi deixado num escritório onde ele não trabalhava mais. Além disso, adiantou que amanhã estará com todas as provas de que dispõe para defender-se durante a sessão secreta que decidirá sobre a cassação do seu mandato.

Em sua defesa, o senador lembrou que o próprio jornal, através de seu diretor-executivo, João Cabral, encaminhou pedido de empréstimo ao Banco OK utilizando-se do mesmo procedimento adotado pelo empresário Fábio Monteiro de Barros — através de um bilhete. Estevão revelou que em certa ocasião Cabral, “premido por dificuldades financeiras, pela inviabilidade de pagamento da sua própria folha de pagamento”, encaminhou-lhe um bilhete acompanhado de vasto dossiê sobre a situação do jornal.

— Ele pedia empréstimo para que pudessem liquidar suas pendências e, mais do que isso, pedindo que viabilizasse o financiamento para importação de uma máquina no valor de US\$ 1 milhão para atualização do seu parque rotativo, e que vissemos a possibilidade de apresentá-lo a algumas instituições que estivessem interessadas na compra de debêntures do *Correio Braziliense*.

Luiz Estevão também informou que conseguiu desmentir no *Jornal Nacional*, da TV Globo, notícia do *Correio Braziliense* veiculada na sexta-feira pela In-



Estevão adianta que apresentará amanhã todas as provas de que dispõe para defender-se

ternet, dizendo que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia entregue documentos ao Supremo Tribunal Federal (STF) que comprovariam o envolvimento do senador com a obra do TRT de São Paulo. Segundo o noticiário, esses documentos seriam notas fiscais de compras de materiais feitas em nome do Grupo OK para a obra do TRT.

— Quase às 19h, obtivemos vistas dos papéis. E os papéis sobre os quais a imprensa falava de maneira mentirosa, caluniosa, indecente, são aqueles que estão aqui e que estavam no STF. Existe alguma nota fiscal aqui? Nenhuma. Pelo contrário, esses papéis demonstram de maneira inequívoca a veracidade daquilo que venho dizendo. Tivemos negócios com essa empresa? Tivemos. Foram negócios regulares? Foram. Têm algum envolvimento com a obra do TRT? Não — afirmou Estevão.

O discurso recebeu aparte do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que fez um alerta sobre o perigo de denúncias para a garantia das prerrogativas dos senadores.

— Esta não é uma casa de santos nem de milagrosos e, se formos discutir pormenores, se analisarmos recortes de jornais e denúncias do passado, quase toda esta Casa será cassada. Não estamos aqui para triturar, para patrulhar o outro ou para nos vangloriar do desastre de um líder político, de um companheiro. Estamos aqui para buscar a realidade e analisar profundamente o caso — afirmou Ernandes Amorim, comparando-se a Luiz Estevão por ter passado por processo semelhante.

Senado lança nova edição da Revista de Informação Legislativa

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado acaba de lançar mais um número da *Revista de Informação Legislativa*. A publicação, com 254 páginas, reúne artigos de personalidades e autoridades do meio jurídico e legislativo, abordando temas que estão em evidência no Congresso Nacional e no país.



A revista circula trimestralmente desde 1964

A *Revista de Informação Legislativa*, que circula trimestralmente desde 1964, é vendida a R\$ 10, além de ser distribuída para bibliotecas de órgãos públicos, universidades, senadores e outras autoridades, sem contar com o grande número de assinantes que possui.

Na edição de número 145, a revista publica 24 artigos. Entre eles estão o do professor, advogado e jornalista Leon Frejda Szklarowsky, intitulado *Transgênicos – a civilização transgênica e cibernética*, do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, denominado *As novas tendências do direito processual*, e de Bruno Luiz Weiler Siqueira, juiz-presidente da Segunda Vara do Trabalho, de Cuiabá (MT), que leva o nome de *O nexo de causalidade na responsabilidade patrimonial do Estado*.

De autoria de Cláudio Petrini Belmonte, a revista traz ainda o artigo intitulado *A redução do negócio jurídico e o contrato de mútuo feneratício* e *O trabalho objeto do Direito do Trabalho*, de Mario Antonio Lobato de Paiva. Outros dois artigos publicados são *Corte de energia elétrica por falta de pagamento – prática abusiva – Código do Consumidor*, de Plínio Lacerda

Martins, e *Ação civil pública – taxa de manutenção de iluminação pública – suspensão da cobrança – ilegitimidade ‘ad causam’ do Ministério Público*, de Mauro Gomes de Mattos.

Os demais artigos e os respectivos autores são: *Direito Internacional Privado – conceito, fundamento e finalidade*, de Vera Lúcia Viegas; *A invocação dos direitos fundamentais no âmbito das pessoas coletivas de direito privado*, de Cristiano Schmitt;

A propósito de uma reflexão sobre a política legislativa na seara penal, de Charles Alexandre Simões Pires; *Competências administrativas e legislativas para vigilância sanitária de alimentos*, de Alexandre de Moraes; *Continuidade e mudança no direito da nacionalidade em Portugal*, de Rui Manoel Ramos; *O princípio da unidade da Constituição*, de Gilberto Bercovici; *A hermenêutica jurídica de Gadamer*, de Ana Maria Lopes; *Alguns apontamentos sobre a arguição de descumprimento do preceito fundamental*, de Carlos de Almeida Melo; *Biotecnologias e biossegurança: fatores agravantes da desigualdade internacional?*, de Marcelo Dias Varella e Ana Flávia Barros-Platiau; *O discurso do legislador de trânsito: uma análise semiótica da linguagem não-verbal normativa*, de Eduardo Bittar; *A união estável e a família*, de João Batista Marques; *O direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana*, de Edilson Pereira Nobre Júnior; *Bioética e Direito*, de Teresa Vieira; e *A instituição do ombudsman: aspectos da maturidade*, de Daisy de Asper y Valdés e Gerald Caiden.

Alcântara quer autorizar polícia a se infiltrar em grupos criminosos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto que pretende possibilitar à polícia, desde que autorizada por juiz competente e por prazo determinado, a infiltrar seus agentes em grupos criminosos. O objetivo da proposta é desbaratar as quadrilhas, identificando seus integrantes e demonstrando a autoria e materialidade dos crimes.

Na justificativa da matéria, Al-



Lúcio Alcântara

cântara observa que a modificação no Código de Processo Penal permitirá às polícias judiciárias, sejam elas a federal (com as funções de polícias marítima, aérea e de fronteiras) ou a civil, que atua nos estados, melhores condições para prevenir e combater os atos ilícitos, dentro da normalidade constitucional exigida pelo estado democrático de direito.



Na quarta-feira, o Senado e a Câmara votarão propostas em benefício das crianças e dos adolescentes

Congresso comemora dez anos do Estatuto da Criança

Atividades incluem votação de propostas de interesse da infância e da adolescência, oficinas de arte e recreação ao ar livre

O Congresso Nacional realiza nesta semana – hoje, amanhã e quinta-feira – uma série de atividades para marcar os dez anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Diversas atividades para crianças e adolescentes serão realizadas no gramado em frente ao Congresso, com a participação de alunos das redes pública e privada do Distrito Federal e representantes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Hoje haverá o lançamento da Plataforma Criança para as Eleições 2000, com assinatura de car-

ta-compromisso pelos parlamentares candidatos. Amanhã serão realizadas sessões deliberativas na Câmara dos Deputados e no Senado para votação de proposições na área da infância e da adolescência.

No gramado, serão montadas dez tendas e um palco onde serão realizadas, das 9h às 17h, oficinas de arte e atividades de informação e recreação. As crianças poderão aprender a fazer raquetes de tênis e brinquedos, além de andar com pernas de pau, brincar em cama elástica, pingue-pongue e totó. Os coordenadores

darão ainda informações sobre temas como saúde sexual e reprodutiva, prevenção ao uso de drogas e direitos legais das crianças e adolescentes.

Haverá apresentações do grupo Circo Teatro Udi Grudi e, amanhã às 17h, da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. A programação será encerrada na quinta-feira com uma sessão solene do Congresso Nacional, às 10h, no Plenário do Senado Federal. A comemoração teve início na terça-feira passada com a cerimônia de entrega do Prêmio Prefeito Criança.

Sancionado projeto de lei que pune exploração sexual de menores

O presidente da República sancionou na sexta-feira, sem vetos, projeto de lei que inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente artigo destinado a punir com quatro a dez anos de reclusão quem submeter criança ou adolescente a prostituição ou a exploração sexual. O projeto, de autoria da deputada Luíza Erundina (PSB-SP), foi aprovado no Plenário do Senado no dia 31 de maio, tendo

sido relatado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

O senador explicou, em seu parecer, que, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente tipificar os crimes cometidos contra os menores, não inclui os delitos associados à prostituição ou à exploração sexual. Roberto Freire esclareceu, ainda, que o Código Penal prevê o agravamento da pena, qualquer que seja o delito,

se a vítima for criança, velho, enfermo ou mulher grávida, em razão da inferioridade defensiva dessas pessoas. Mas observou que esse mesmo código não trata especificamente da exploração sexual de menores, no sentido de protegê-los. Por esse motivo, considerou evidente a lacuna no Estatuto da Criança e do Adolescente, que, por ser lei específica, tem primazia sobre o Código Penal.

Encarte de revista mostra os vencedores do século 20 no Brasil

Os *20 Brasileiros Vencedores do Século XX – Personalidades Patrióticas Empreendedoras*, encarte da revista *Inside Brasil*, será lançado hoje, às 19h, no Senado Federal. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) assina a apresentação do encarte, que conta com textos de autores como Elio Gaspari, Marco Maciel e José Sarney relativos às personalidades escolhidas. Entre os 20 estão o presidente do Congresso Nacional, sena-

dor Antonio Carlos Magalhães, o jornalista Roberto Marinho, o advogado Evandro Lins e Silva e o cirurgião plástico Ivo Pitanguy.

Também são homenageados o médico Adib Jatene, o empresário Antônio Ermínio de Moraes, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, a atriz Fernanda Montenegro, além do ex-jogador Pelé.

O lançamento será no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Anexo I do Senado.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h – *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre os crimes contra a soberania
2h – *Saúde/Unip*: Medicina do Esporte – 2ª parte
2h30 – *Jornal do Senado*
3h – *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
3h30 – *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira
4h – *Jornal do Senado*
4h30 – *Saúde/Unip*: Medicina do Esporte – 2ª parte
5h – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Aldeia indígena – Marabá (PA)
5h30 – *Cores do Brasil*: Turismo em Campina Grande
6h – *Saúde/Unip*: Medicina do Esporte – 2ª parte
6h30 – *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre os crimes contra a soberania
7h30 – *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Paisagens brasileiras: Aldeia indígena – Marabá (PA)
9h – Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
13h30 – *Cidadania*: Sen. Sebastião Rocha e o brigadeiro Ércio Braga falam sobre os crimes contra a soberania
14h30 – Sessão Plenária (vivo)

Logo após: Comissão de Educação (gravada)
20h30 – *Entrevista*: Sen. Artur da Távola fala sobre o centenário de Anísio Teixeira
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Assuntos Sociais (gravada)
Logo após: Sessão Plenária (representação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Ética e Decoro Parlamentar
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

CAE deve ouvir ministros sobre emissão de gás, diz Amorim

O debate, a ser sugerido à comissão, envolveria Ronaldo Sardenberg, da pasta de Ciência e Tecnologia, e José Sarney Filho, do Meio Ambiente

Na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) deve apresentar requerimento para que sejam convocados os ministros da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Eles prestariam informações sobre a posição do Brasil no tocante à emissão de gás carbônico e outros gases que provocam o chamado efeito estufa.

Amorim lembrou a assinatura, em 1992, da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças de Clima. O documento, sustenta o senador, não vem sendo respeitado. O parlamentar quer que o Brasil exija dos países ricos respeito aos dispositivos do tratado internacional. A presença dos ministros no Senado servirá, no entendimento de Amorim, para que



Ernandes Amorim: países ricos não respeitam convenção internacional sobre clima

se conheça a posição do governo sobre o assunto.

– Precisamos conhecer os compromissos assumidos e o que foi realizado até agora, além das previsões da próxima conferência sobre o clima – justificou.

O senador está cobrando do governo brasileiro uma postura firme diante da poluição ambiental provocada pelos países desenvol-

vidos. Ele apresenta dados comprovando que os oito países mais ricos do mundo são responsáveis pela maior parte da emissão de gases poluentes do planeta. Amorim também pede mudanças na diplomacia brasileira como forma de fazer frente às acusações de que o país contribui para o desequilíbrio ecológico ao permitir o desmatamento de suas florestas.

Para senador, zoneamento está sendo imposto

O senador Ernandes Amorim denunciou que setores do Ministério do Meio Ambiente querem impor um novo zoneamento econômico para o uso das terras de Rondônia, sem levar em consideração que o estado já trabalha sua proposta de zoneamento há 30 anos. Amorim registrou que a primeira iniciativa, na década de 70, foi a implantação de políticas públicas para ordenar a migração, que incluiu o estudo de impacto ambiental nas áreas delimitadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

– Chamo atenção para a irresponsabilidade desses setores do Ministério do Meio Ambiente que querem ignorar a realidade

local e, para fazer bonito diante de dirigentes de organizações não-governamentais, exigem o que não tem condições de acontecer. Se essa ignorância, verdadeira burrice, prevalecer, os 70% da área do território de Rondônia que estão preservados pelas autoridades e pela legislação estadual simplesmente poderão ser ocupados pela população – advertiu.

Ernandes Amorim destacou que em 1988, quando o governo federal lançou o programa Nossa Natureza como resposta à preocupação internacional em relação ao desmatamento da região Norte, Rondônia já tinha, havia dois anos, sua primeira aproximação de zoneamento socioeconômico-

ecológico. Em 1990, o estado apresentou um programa denominado Planaflo (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), que já vinha sendo negociado com o Banco Mundial para empréstimo de US\$ 170 milhões.

Segundo Ernandes Amorim, o Planaflo teve como prioridade a elaboração de uma segunda aproximação do zoneamento socioeconômico-ecológico, a um custo de US\$ 20 milhões, e a criação e demarcação de unidades de conservação e áreas indígenas, com valores de US\$ 11 milhões, que hoje somam 35% das terras de Rondônia, metade dos 70% do território que são destinados à conservação e preservação.

Exposição retrata a história do Acre

Começa hoje, e prossegue até 8 de julho, a exposição organizada pelo estado do Acre em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. A mostra estará aberta ao público no Senado Galeria, localizada no corredor que dá acesso às principais dependências da Casa, próximo à agência do Banco do Brasil. A exposição reúne fotos, trabalhos

artesanais, mapas e documentos retratando a história acreana, desde os primeiros povoados até os dias atuais. São destacadas a cultura, as tradições religiosas e a luta pela preservação ambiental. A mostra também abre espaço para a vida e obra de Chico Mendes, líder seringueiro assassinado em 1988.

Álvaro defende proibição da venda de ações da Petrobras

Senador pelo Paraná teme que a empresa seja privatizada, junto com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e pede que a Casa sinalize ao governo "seu desacordo com esse tipo de política"

Em discurso feito ontem no Plenário, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu que os parlamentares reflitam sobre a possibilidade de privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e votem favoravelmente seu projeto que proíbe a venda de ações da Petrobras. A proposta de autoria de Álvaro Dias deverá ser examinada pelo Senado na sexta-feira. "Esta Casa deve sinalizar ao governo seu desacordo com esse tipo de política", disse ele.

O senador leu reportagem publicada pelo jornal *Valor* informando que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, teria debatido em Nova York, com investidores americanos, a possível venda das três empresas.

— Isso é preocupante, porque sinaliza para a privatização, que o governo nega. O Congresso Nacional não pode ser conivente com a entrega do nosso patrimônio, ou deixaremos como heran-

ça um país sem identidade, sujeito à vontade de grandes grupos econômicos. Sem o Banco do Brasil, quem vai financiar o pequeno agricultor? Sem a Caixa Econômica, quem vai financiar a habitação popular? O Citibank? — questionou.

O senador lembrou que líderes de todos os partidos no Congresso Nacional são contrários à privatização dessas instituições e destacou a importância da Petrobras, "uma empresa estratégica, lucrativa e com grande potencial de crescimento".

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que os bancos particulares não querem "apenas a parte nobre, e não os ossos", referindo-se a pequenos municípios pouco lucrativos. Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) apoiou a crítica de Álvaro Dias à quantidade de dinheiro que o governo brasileiro aplica em pagamento de juros e serviço da dívida, US\$ 80 bilhões anuais.



Álvaro recebeu mensagens de cumprimentos de Unesco e do ministro do Esporte e Turismo

Ministério e Unesco aplaudem programas de estímulo ao esporte

O senador Álvaro Dias recebeu ofícios do representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, e do ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, cumprimentando-o pelo seu desempenho, quando governador do Paraná, no estímulo às práticas desportivas entre os jovens. Os resultados obtidos pelo seu governo nessa área foram apurados em recente pesquisa para teses de doutorado de dois professores da Universidade Estadual de Maringá (PR).

Os professores constataram que mais da metade dos convocados para as últimas seleções de

atletismo do Brasil são paranaenses e, em sua maioria, oriundos dos programas Frutos da Terra e Paraná Olímpico, desenvolvidos pela Secretaria do Esporte e Turismo durante o governo Álvaro Dias.

Werthein cumprimentou o senador pelo discurso que fez ao tomar conhecimento do resultado da pesquisa dos professores, e destacou o uso da prática esportiva como instrumento eficaz de atendimento a crianças de famílias de baixa renda, afastando-as do trabalho infantil e incentivando-as a permanecer na escola.

Heloísa Helena propõe que o Brasil perdoe dívidas de países mais pobres

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou projeto de lei pelo qual ficam canceladas as dívidas com o Brasil contraídas por países cuja renda *per capita* seja igual ou inferior à renda *per capita* brasileira. Com apenas dois artigos, o projeto será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na justificativa de seu projeto, a senadora informa que a proposta foi inspirada na Campanha Internacional Jubileu 2000, que reúne várias igrejas, organizações não-governamentais e movimentos sociais no mundo inteiro. O objetivo da campanha é obter o cancelamento da dívida externa dos países pobres, partindo da "convicção fundamental" de que sem isso não é possível criar perspectivas de desenvolvimento.



Heloísa Helena observa que o endividamento do Terceiro Mundo não pára de crescer

Conforme Heloísa Helena, embora os países do Terceiro Mundo estejam se empenhando no pagamento de suas dívidas externas, inclusive às custas de cortes nos programas sociais, o endividamento só tem feito crescer. Entre 1995 e 1998, por exemplo, o Brasil enviou ao exterior US\$ 152 bilhões para arcar com as despesas de juros. Entretanto, a dívida externa saltou de US\$ 148 bilhões para US\$

212 bilhões.

Embora sofra na condição de devedor, o Brasil também é credor de países como Angola (US\$ 978,9 milhões), Peru (US\$ 75,5 milhões), Paraguai (US\$ 2,1 milhões) e Zimbábue (US\$ 100 mil). No total, o crédito do Brasil não ultrapassa os US\$ 3 bilhões, o que, para a senadora, "é pouco significativo" diante de sua própria dívida ou da renda *per capita*.

Governo deve cumprir a lei que criou as ZPEs, afirma Carlos Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu ontem a imediata implantação de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), por representarem a melhor e mais rápida maneira de trazer benefícios econômicos às regiões menos desenvolvidas do Brasil. Ele lembrou que estados, municípios e empresas já investiram R\$ 50 milhões em quatro ZPEs na região Norte, que aguardam as providências do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para seu efetivo funcionamento.

Patrocínio entende que o Senado é o fórum adequado para trazer de volta o tema das ZPEs, que, na sua avaliação, anda esquecido. Ele rebateu críticas de que as zonas sejam incompatíveis com a abertura da economia brasileira, e mesmo desnecessárias, lembrando que nos Estados Unidos há qua-



Para Carlos Patrocínio, "a obrigação do Executivo é cumprir as leis existentes, e não boicotá-las"

se 300 *foreign trade zones*, que operam três mil empresas e movimentam mais de US\$ 175 bilhões por ano, gerando um milhão de empregos diretos.

Carlos Patrocínio disse ter sido informado de que as ZPEs não avançam porque a equipe econô-

mica é contra.

— Ora, elas foram criadas por uma lei que está em vigor e quem quiser modificá-la precisa enviar uma proposta de mudança ao Congresso Nacional. É assim que se procede numa democracia. Enquanto isso, a obrigação do Executivo é cumprir as leis existentes, e não boicotá-las sem o menor respeito à ordem jurídica — disse o senador.

Patrocínio afirmou que as desigualdades regionais no Brasil estão sendo mantidas em função da influência política e econômica dos estados mais ricos, que sufocam o crescimento dos estados mais carentes. Segundo ele, ao dinamizar as exportações e gerar empregos, as ZPEs trarão progresso às regiões mais pobres do país. O senador informou que já foram criadas 18 ZPEs, sendo quatro na região Norte, sete no Nordeste, três no Sudeste, duas no Sul e duas no Centro-Oeste.